

O nacionalismo somali e as instabilidades no Chifre da África

Thaís Honório Horn

Universidade do Porto

Guilherme Ziebell de Oliveira

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

1 Introdução

O Chifre da África, região que compreende a Somália, a Etiópia, a Eritreia, o Djibuti e o Quênia, é habitada majoritariamente por populações de origem somali¹. Mesmo com raízes desconhecidas, os somalis apresentam coesão cultural, homogeneidade étnica e semelhanças físicas e de modo de vida – diferenciando-se das etnias dos países vizinhos (Lewis, 1994). Como resultado da colonização europeia na região, as tribos somalis foram divididas ao longo do Chifre e, mesmo com a emergência do movimento nacionalista e seus avanços ao longo do tempo, ainda não se encontram completamente unificadas (Lewis, 1988; 1993; Touval, 1963).

O processo de descolonização e de criação da República da Somália em 1960, por meio da unificação das Somalilândias Italiana e Britânica foi um dos avanços mais importantes do nacionalismo somali. Contudo, o movimento encontra raízes em episódios anteriores à descolonização, tendo iniciado como uma guerra santa contra os cristãos da Etiópia no século XVI. Ganhando nuance política, passou a combater a dominação externa na região e desenvolveu-se em uma consciência nacional presente nas três Somalilândias (Britânica, Italiana e Francesa), na região Norte do Quênia e na região Leste da Etiópia.

O nacionalismo pode ser compreendido como a noção de que uma nação deve ser institucionalmente expressa de forma livre e coletiva, sendo governada por seus conacionais (O’Leary, 1997). Ernest Gellner (1964; 1983), um dos principais teóricos sobre o tema, coloca o nacionalismo como um componente central da modernidade e intensamente conectado com os processos de industrialização. Para o autor, nacionalismo não é o acordar da autoconsciência de uma nação, mas, sim, a invenção dessa nação onde ela não existia – baseada em diferenças pré-existentes. O autor ainda defende uma visão funcionalista do nacionalismo e, ao enfatizar a antecedência do nacionalismo em relação às nações, recebeu diversas críticas ao longo das décadas (Gellner, 1964; 1983; O’Leary, 1997).

As diferenças pré-existentes mencionadas por Gellner podem ser vistas, dentro de uma ótica Construtivista das Relações Internacionais, como identidades coletivas construídas por meio da interação entre o “eu” e o “outro”. Logo, o Construtivismo torna-se importante na análise do conceito de nacionalismo. Nesse sentido, o presente artigo se apoia em argumentos de autores como Alexander

¹ Algumas das etnias minoritárias são: os árabes, os negroides, os aramanis e os bajunis. Existe, também, uma parcela de habitantes indo-paquistaneses (Touval, 1963).

Wendt (1992; 1999) e Benedict Anderson (2006), que se tornam especialmente importantes para explorar a conexão entre argumentos construtivistas e nacionalismo.

No caso dos somalis, a consciência nacional que vinha sendo desenvolvida ao longo das décadas se intensificou e, nos anos 1960, com o final do domínio colonial no Chifre da África, tinha como principal objetivo a unificação dos povos somalis dentro de um único Estado, que ficaria conhecido como a “Grande Somália” (Lewis, 1988; 1993; Touval, 1963). Com o passar das décadas, o nacionalismo somali enfrentou altos e baixos e, diversos outros atores e temáticas passaram a fazer parte da dinâmica regional – muitas vezes considerada conturbada e violenta. Atualmente, a seca e a fome estão no cerne de uma crise humanitária de grandes proporções: mais de 210 mil somalis correm risco de morte por desnutrição e cerca de metade da população necessita de assistência humanitária. As consequências da pandemia do Covid-19 se acumularam com os efeitos do conflito na Ucrânia e desenham uma “crise sem precedentes” no país (ONU, 2022a).

Ademais, a região vem sendo palco de guerras, terrorismo e intervenções externas desde meados da década de 1960, com o final da colonização europeia na região. A Guerra de Independência da Eritreia, a partir de 1961, guerras civis na Etiópia, entre 1974 e 1991, e na Somália, a partir dos anos 1990, e conflitos intrarregionais, como a Guerra de Ogaden, entre 1977 e 1978, são alguns exemplos de conflitos na região (Chazan et al., 1999). Ataques de grupos como o *Al Ittihad Al Islamiya* e o *Al-Shabaab* contribuem para a instabilidade da região desde os anos 1980, além de serem utilizados como justificativa para a atuação de forças externas sob a égide de missões multilaterais, como a *Unified Task Force* (UNITAF) e a UNOSOM II nos anos 1990, grupos da missão *Enduring Freedom*, em 2002, e as missões de paz da Organização das Nações Unidas e da União Africana, AMISOM e ATMIS, em 2007 e 2022, respectivamente (Cardoso, 2020). Considerando esse contexto, busca-se responder a pergunta: qual a relação entre o desenvolvimento do nacionalismo somali no Chifre da África com as instabilidades políticas e securitárias na região depois dos anos 1960?

Para responder ao problema de pesquisa, o artigo a seguir estabelece-se a partir de fontes bibliográficas e documentais. Dessa forma, a pesquisa caracteriza-se como exploratória: com a coleta de dados, foram identificadas as principais instabilidades na região que, em seguida, foram analisadas para que elementos de cunho nacionalista pudessem ser identificados. Vale ressaltar que o presente artigo não busca estabelecer conexões de causa-efeito entre os objetos de estudo. Para que conclusões desse gênero possam ser alcançadas, seriam necessárias pesquisas mais extensivas e talvez ainda de natureza quantitativa. Com o objetivo de identificar as relações entre o nacionalismo somali e as instabilidades regionais, explora-se as particularidades de fatores que têm contribuído para as instabilidades políticas e securitárias.

O artigo se divide em três seções, além dessa Introdução e das Considerações Finais. Na primeira, discute-se a abordagem teórica construtivista, adotada na fundamentação da pesquisa. A segunda seção é dedicada à apresentação de algumas características da região do Chifre da África, do histórico e elementos do nacionalismo somali. Por fim, a terceira seção é dedicada à análise de algumas das principais instabilidades na região do Chifre da África, como a Guerra de Ogaden, a ascensão do grupo terrorista *Al-Shabaab* e o estabelecimento da Missão da União Africana para a Somália, identificadas durante a coleta de dados.

2 A construção de nação e de nacionalismo

Uma das premissas centrais comuns às diversas vertentes do construtivismo enquanto corrente teórica é o argumento de que a realidade é socialmente construída. Logo, para os construtivistas, as relações entre os diversos atores do Sistema Internacional não são dadas ao considerar um contexto de anarquia, conforme realistas defendem, e, sim, surgem de um processo de coconstituição entre os agentes e a estrutura. Assim, o construtivismo nega antecedência ontológica tanto aos agentes quanto à estrutura: os dois conceitos se limitam, influenciam e são influenciados concomitantemente (Wendt, 1992; 1999).

O construtivismo traz para as Relações Internacionais os debates sobre identidade, principalmente no âmbito coletivo. Alexander Wendt (1992; 1999) argumenta que a ideia de identidade coletiva é gerada a partir de um senso de pertencimento, de identificação com uma cultura completamente internalizada e que implica o interesse coletivo de preservação dessa cultura. Logo, quando essa cultura se encontra ameaçada, atores bem socializados que participam dessa identidade coletiva tendem a defendê-la, considerando que o bem-estar do grupo inteiro é tido como um fim por si só (Wendt, 1992; 1999).

Tais identidades coletivas seriam relativamente estáveis, considerando que os atores têm conhecimento das especificidades dos seus papéis e das expectativas atreladas a ele e por serem estabelecidas a partir de interações sociais recíprocas. Constitui-se, assim, uma estrutura relativamente durável. Dessa estrutura, então, surgem os conceitos de “eu” e de “outro”. Assim, as identidades coletivas da estrutura internacional estão em processo e são, sempre, um resultado da prática (Wendt, 1992; 1999). O autor explica que os conceitos de “eu” e de “outro”, ou seja, as identidades coletivas, são estabelecidos por meio da lógica do que ele chama de *looking-glass self*: a noção do “eu” se dá em função do que o “outro” representa, como um reflexo da socialização dos agentes (Wendt, 1992; 1999). Em outras palavras, o que um agente representa acaba sendo o que um segundo agente *não* representa.

O debate sobre a construção de identidades trazido por Wendt (1992; 1999) é relevante para discussões sobre nacionalismo, considerando que o estabelecimento de uma nação depende, em grande medida, de uma noção bem estabelecida de identidade coletiva a nível nacional. A ideia de nação como conhecemos hoje surge no contexto do Renascimento e do Iluminismo, quando houve um aumento do espaço entre cosmologia e história (religião e razão). Nesse período, a visão de mundo foi modificada, a crença em algo divino que tudo justificava foi sendo substituída pela ideia da nação como significado e eventual redenção para as fatalidades cotidianas (Anderson, 2006).

Existem, entretanto, paradoxos e debates em torno do nacionalismo que fazem com que uma coesão acerca de conceitos importantes seja quase impossível e que surjam diferentes classificações do que é nacionalismo. Essa pesquisa utilizará a definição trazida por Benedict Anderson (2006): nação é uma comunidade política imaginada, inerentemente soberana e limitada. Para o autor, o conceito em questão não deve ser visto como uma ideologia, e sim alinhado com as noções de irmandade e religião, considerando que tanto a ideia de nacionalismo como a de nacionalidade são artefatos culturais (Anderson, 2006).

O autor explica: é imaginada porque é impossível conhecer todos os membros, mesmo nas menores nações; é limitada porque mesmo a maior de todas as nações apresenta fronteiras, onde encontram-se outras nações; é soberana, considerando que o conceito de nação surge no período do Iluminismo, quando a liberdade superando a ordem divina era um objetivo muito caro; e, finalmente, é imaginada ao considerar que, mesmo com a exploração e a desigualdade que podem existir em uma nação, permanece uma lógica de camaradagem horizontal (Anderson, 2006).

Resta, então, compreender aquilo que faz com que “essas comunidades imaginadas na história recente (nos últimos dois séculos) gerem sacrifícios tão colossais?” (Anderson, 2006, p. 7, tradução dos autores²). Como explicar o apego e a legitimidade emocional que as pessoas sentem por essas invenções da sua imaginação? Para Anderson (2006) a lógica da camaradagem imaginada entre os membros de uma nação pode ser responsável por explicar como tantas pessoas são capazes de morrer, e até mesmo de matar, por uma nação. O autor explica utilizando o contexto da família, a qual pode ser uma estrutura articulada de poder, mas pode ser também um contexto de amor e solidariedade. Ele defende que a lógica da nação é semelhante e relembra a questão da fraternidade e camaradagem permeando a ideia de comunidade imaginada. Se para cientistas sociais, diplomatas, historiadores e políticos o termo “interesse nacional” é relativamente comum, para nacionalistas, a lógica central da nação supera a questão de interesses. Para o autor, só por esse fato, os sacrifícios já são válidos.

O que se tem, então, é uma noção de pureza por trás de um sacrifício último, mesmo sendo fatalidade, já que não existiria, *a priori*, interesse algum por trás desse ato (Anderson, 2006). Em suma, os esforços em nome da nação se dão em função de uma lógica majoritariamente emocional, de apego ao que os caracteriza como semelhantes e, conseqüentemente, ao que os difere de outras “comunidades imaginadas”, que existem para além dos limites da sua.

4

3 Os somali no Chifre da África e o movimento nacionalista somali

Mesmo sendo uma região sem jurisdição territorial definida, o Chifre da África é uma região geograficamente definida: é habitada majoritariamente por tribos somali, que veem ali a base natural para seu Estado soberano. A região ultrapassa 370 mil quilômetros quadrados, ocupando a atual Somália, um terço do Djibuti, um quinto da Etiópia e um quinto do Quênia (Sheik-Abdi, 1977; Lewis, 1988; Touval, 1963; Samatar, 1992).

As tribos somalis são majoritariamente nômades. A parcela sedentária da população se localiza mais ao sul do Chifre e as cidades são mais permanentes na região costeira, como Mogadíscio, capital da Somália. Touval (1963) destaca duas características comuns da sociedade somali: a crença na ancestralidade comum e a segmentação entre as tribos. A crença na ancestralidade comum é a raiz para a solidariedade nacional e a segmentação tribal é a chave para compreender as dinâmicas políticas da região (Sheik-Abdi, 1977; Lewis, 1988; Touval, 1963; Samatar, 1992). Lewis (1988) vai além, ao argumentar que as linhagens tribais dos somalis definem os *status* político e legal dos indivíduos na sociedade, assinalando a ele um lugar específico no sistema social.

² No original: “[...] what makes the shrunken imaginings of recent history (scarcely more than two centuries) generate such colossal sacrifices?”.

A prática do Islã diferencia os somalis dos povos cristãos da Etiópia, por exemplo. As tribos nômades são menos ortodoxas do que aquelas sedentárias, tendo sido muito influenciadas pelo sufismo. Para os somalis, líderes religiosos não são naturalmente líderes políticos, o que os diferencia das demais tribos que habitam a região. Existem diversos dialetos falados pelos somalis, mas essa diversidade não impede a plena comunicação e compreensão oral entre as tribos. O Somali era uma língua apenas falada até 1972, e a ausência de um alfabeto comum até esse período dificultou a administração da vida cotidiana³ e o desenvolvimento literário e cultural (Laitin, 1976; Lewis, 1988; Touval, 1963).

Ao contrário do que ocorreu em outras regiões da África, a Somália era uma nação antes mesmo de se tornar um Estado (Laitin, 1976). O surgimento de movimento nacionalista moderno só pôde ocorrer considerando que já existia uma espécie de consciência nacional entre os somalis. Essa consciência era essencialmente o sentimento de solidariedade entre as tribos, uma consciência de sua própria identidade, baseada fortemente na diferença entre “nós” e “eles”. Dessa forma, as interações com os diversos “outros” tiveram um papel importante na consolidação da consciência nacional entre os somalis (Touval, 1963; Lewis, 1963; Sheik-Abdi, 1977), tal qual como esquematizado por Wendt (1992; 1999) dentro da teoria construtivista.

Entretanto, o sentimento e a consciência nacionais entre os somalis existiam desde muito antes da interferência externa. Foram a uniformidade cultural existente entre as tribos somalis e a forte aderência ao Islã – algumas das características mais marcantes das tribos somalis – que serviram como raízes para o desenvolvimento de um movimento nacionalista (Touval, 1963; Lewis, 1963). Além disso, a atuação de algumas lideranças locais, como Ahmed Gran⁴, no século XVI, e Mullah Mohammed ibn Abdullah Hassan⁵, no século XIX, foram muito importantes para a consolidação de um sentimento comum entre os somalis espalhados pelo Chifre da África (Touval, 1963; Lewis, 1963; Sheik-Abdi, 1977).

Três fatores contribuíram para a transformação dessa consciência nacional em um movimento nacional propriamente dito: o ressentimento contra os governos, o antagonismo religioso e o encorajamento dos sentimentos nacionais por vários governos ao longo do tempo (Touval, 1963). Anteriormente à partilha europeia do Chifre da África, as tribos locais não haviam sido submetidas a um governo institucionalizado, já que não havia, de fato, um sistema político unitário. Com o domínio colonial na região, os interesses tribais se chocavam com as propostas governamentais – que interferiam no modo de vida tradicional, além de serem fundadas através da violência e da opressão (Touval, 1963; Sheik-Abdi, 1977).

Adicionou-se a isso o papel representativo do infiel que os governos externos representavam para os somalis. Ao acreditar na sua superioridade em relação aos cristãos, por exemplo, os somalis islâmicos não aceitavam ser submetidos ao domínio de um não-muçulmano. Ainda, eventualmente alguns governos incentivavam os movimentos nacionalistas como estratégia para desestabilizar e prejudicar a autoridade dos governos vizinhos. Considerando a base de consciência nacional que já

³ As elites somalis usavam do árabe para se comunicar com frequência e, para propósitos administrativos, eram utilizadas as línguas dos colonizadores (italiano, inglês e francês) (Touval, 1963).

⁴ Ahmed Gran foi uma das figuras a liderar as guerras santas (*jihad*) contra a Etiópia e, entre 1528 e 1535, tomando porções do império etíope e derrotando o imperador (Touval, 1963).

⁵ O líder religioso que ficou conhecido como Sayyid Mohammad foi importante figura na atração de somalis para a guerra com a Etiópia no final do século XIX. Foi também um grande nome da poesia oral somali (Samatar, 1992; Touval, 1963).

existia entre os somalis, esses três fatores operaram nas relações entre as tribos e os governos, fazendo emergir movimentos nacionalistas diversos⁶ em cada um dos territórios habitados (Touval, 1963).

A Segunda Guerra Mundial chegou antes ao Chifre da África, com a invasão da Etiópia pela Itália em 1935. Dessa forma, a região se tornou teatro de operações dos conflitos e o domínio de territórios alternava-se com bastante frequência (Samatar, 1992; Touval, 1963). O descontentamento com a presença colonial atenuou-se e Touval (1963) destaca, também, a influência das propagandas de guerra no território: eram comuns as temáticas sobre liberdade e direito de todos os povos de escolherem sua própria forma de governo. Com o final do conflito, o *status* das colônias italianas passou a ser intensamente discutido e houve participação dos próprios somalis nesse debate, fomentando a atuação de uma Somália unificada (Touval, 1963). Foi então, sob o domínio britânico, que começaram a surgir partidos políticos comprometidos com a independência e a união dos povos somali da região (Sheik-Abdi, 1977).

A visita da Comissão dos Quatro Poderes⁷ à região, em 1948, intensificou a organização político-partidária e a atividade dessas organizações. Outro fator importante para a consolidação do movimento nacionalista foi o crescimento da classe educada na região: depois da guerra, esse crescimento se acelerou e o contato que existia com outras lutas anticoloniais, na Ásia, por exemplo, deu forças às demandas somalis (Touval, 1963; Sheik-Abdi, 1977; Samatar, 1992).

Em 1960, a versão final da constituição aceita pela Assembleia abordava questões relacionadas à união dos territórios somali através de meios legais e pacíficos, promovida pela recém-criada República da Somália. Entretanto, ainda vivendo separados por fronteiras artificiais e imersos em disputas fronteiriças com a Etiópia, os somalis encontravam dificuldades para expressar seu movimento nacionalista e a maioria dos países africanos apoiava os etíopes (Touval, 1963; Lewis, 1963; Samatar, 1992; Sheik-Abdi, 1977). Nesse sentido, Laitin (1976) argumenta que o posicionamento etíope nas disputas fronteiriças com a Somália era o cerne do impedimento da implementação de um ideal “pansomali”.

A radicalização no cenário aconteceu por conta do golpe militar em 1969, que colocou o General Muhammad Siad Barre no controle do país. O General Barre se declarava o guardião e salvador da nação, considerando que o contexto interno era de grande insatisfação (Sheik-Abdi, 1977; Laitin, 1976; Samatar, 1992). Para o novo líder, a base política tribal deveria ser rejeitada, a dependência de atores externos deveria ser findada e a parcela nômade da população deveria participar ativamente do jogo político – ao contrário do cenário existente até o final dos anos 1960. Em resumo, a estratégia de Barre era construir o nacionalismo somali baseado na participação e mobilização social (Sheik-Abdi, 1977; Laitin, 1976). Não cabe aqui ater-se a outras características do governo do General Barre, mas sim

⁶ Os movimentos surgiram com características e intensidades diferentes. No Quênia, por exemplo, não houve um despertar nacionalista em forma de rebelião. Na Somalilândia Francesa, devido ao intenso contato com ideias ocidentais e ao apoio prestado na Segunda Guerra, o movimento nacionalista demora a emergir. Nos territórios italianos, o nacionalismo foi fortemente influenciado pelos ressentimentos da época da “pacificação” e da aplicação das leis fascistas, por exemplo (Touval, 1963).

⁷ A Comissão dos Quatro Poderes, formada pelos EUA, França, Grã Bretanha e União Soviética foi criada após o término da Segunda Guerra Mundial para investigar e supervisionar o final da presença colonial italiana no continente africano (Stafford, 1949).

situá-lo dentro dos avanços ou retrocessos do movimento nacionalista somali. Houve diversas dificuldades econômicas que impediram a diminuição da dependência externa somali, mas um grande passo rumo à unificação dado no governo de Barre foi o estabelecimento do Somali como língua escrita em 1972 (Laitin, 1976; Samatar, 1992).

Ainda, foi sob o comando do General Barre, em 1977, que a Somália invadiu o deserto de Ogaden – região oficialmente pertencente à Etiópia, mas majoritariamente habitada por somalis e reclamada para anexação à “Grande Somália” desde 1963 (Reno, 2011; Samatar, 1992; Zeleke, 2018). O conflito que se seguiu apresentou forte teor nacionalista e causou impactos importantes para as dinâmicas internas, regionais e sistêmicas (Cardoso, 2020). Dessa forma, a Guerra de Ogaden será um dos objetos de análise da próxima seção, na qual suas causas e implicações serão discutidas. Aqui cabe mencionar, conforme Cardoso (2020), que a derrota da Somália nesse conflito simbolizou “a derrocada do projeto pan-somali [sic], gerou uma profunda crise política interna e a proliferação de grupos insurgentes ao longo da década de 1980, impondo sérios constrangimentos ao regime [de Barre]” (Cardoso, 2020, p. 128).

Apoiado por países vizinhos que visavam desestabilizar o governo rival, grupos de oposição que buscavam derrubar o governo de Siad Barre ganharam força no cenário interno, tendo como motivação e justificativa a intensa crise política e econômica em que o país se encontrava. Essa insatisfação com o governo propiciou um cenário de dissidência interna, resultando em uma tentativa de golpe em 1978, no agravamento das tensões internas em uma guerra civil e na derrubada de Barre no início de 1991 (Cardoso, 2020; Samatar, 1992; Schmidt, 2013).

Os grupos que removeram Barre do poder não conseguiram estabelecer um governo unificado, e o cenário político na Somália, no início dos anos 1990, foi pautado por uma forte fragmentação. Em 1991, foi proclamada a República da Somalilândia, no Norte, sendo um dos indícios de que esse foi um período de intenso retrocesso do movimento nacionalista somali. Com a diminuição dos interesses estratégicos das potências externas na região, também diminuiu o apoio externo aos governos, e a proliferação dos grupos insurgentes tornou-se muito mais facilitada (Cardoso, 2020; Reno, 2011). O contexto na Somália depois de Barre era de intensa descentralização, instabilidade e tensões entre as diversas partes que buscavam o controle da região, tornando-se um cenário propício para atuação de grupos extremistas e para interferências externas. É possível, então, afirmar que o nacionalismo somali não recuperou forças e encontra dificuldades para emergir em um cenário de instabilidade política e securitária que se desenha desde o início dos anos 1990.

4 Instabilidades regionais e a relação com o nacionalismo somali

O objetivo desta seção é identificar a presença de elementos do movimento nacionalista somali em alguns episódios de instabilidade regional no Chifre da África. Serão discutidos o conflito etíope-somali em Ogaden, a atuação do *Al Shabaab* e o estabelecimento da Missão da União Africana para a Somália (AMISOM).

4.1 A Guerra de Ogaden (1977 – 1978)

A Guerra de Ogaden, entre 1977 e 1978, foi o episódio mais violento ocorrido entre Somália e Etiópia – e surgiu como consequência de um longo passado de tensões entre os dois maiores países do Chifre da África. Hagmann e Korf (2012) explicam que o primeiro episódio de resistência somali resultou em um conflito que durou mais de 20 anos (1899 a 1920) entre as forças *dervish*, lideradas por Mullah Mohammed ibn Abdullah Hassan, importante liderança somali nos princípios do movimento nacionalista, e os etíopes católicos. Mas foi a partir de 1960, com sua independência, que a Etiópia passou a representar a maior ameaça à segurança nacional da República da Somália – deixando de ocupar essa posição somente depois da metade dos anos 1980 (Ayoob, 1978; Eshete, 1991; 1994; Hagmann; Korf, 2012; Ofcansky, 1992; Woodward, 2002).

A região sempre foi objeto de disputas: Ogaden era parte oficial do Estado etíope, mas era habitada majoritariamente por somalis. Do ponto de vista etíope, Ogaden representava acesso a rotas que ligavam sua capital aos portos no norte da região do Chifre, uma área importante para atividades pecuárias e o potencial de recolhimento de impostos, além de atuar como uma “zona tampão” entre seu império e os poderes coloniais, permitindo uma posição menos desigual durante negociações com os europeus (Eshete, 1994; Hagmann; Korf, 2012). Por sua vez, a Somália independente sempre pautou sua atuação regional pela busca da união do povo somali sob a égide da Grande Somália, não só nas suas relações fronteiriças com a Etiópia, mas também com o Djibuti e o Quênia. Logo, a incorporação da região de Ogaden à Somália representava um importante objetivo do movimento nacionalista somali (Woodward, 2002). Adiciona-se a isso, as tensões entre as populações muçulmana e católica na região fronteiriça – principalmente ao considerar a importância de elementos religiosos para o movimento nacionalista somali.

Em 1964, os dois países se enfrentaram em um embate localizado. As forças etíopes, equipadas pelos Estados Unidos, derrotaram as forças da Somália e fizeram pender a balança de poder a seu favor. Ofcansky (1992) argumenta que ficou claro, com a derrota em 1964, que a campanha inicial de unir os somalis tinha falhado. Estava, então, estabelecida a superioridade da Etiópia em relação à Somália na região de Ogaden. Essa dinâmica alterou-se quando, no início dos anos 1970, a Somália aproveitou o contexto de instabilidade interna vivenciado pela Etiópia, principalmente pela queda do império em 1974, e o contexto de escalada militar vivido pelas forças oficiais somalis, com auxílio intenso da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).

O apoio somali a grupos separatistas na região de Ogaden, especialmente para a Frente de Liberação da Somália Ocidental (WSLF, do inglês *West Somali Liberation Front*), que existia desde 1964, intensificou-se em 1976 e em 1977, quando a Somália enviou homens das forças oficiais para juntarem-se aos insurgentes e invadirem Ogaden. Em setembro daquele ano, 90% da região de Ogaden estava sob o controle da Somália (Ayoob, 1978; Ofcansky, 1992; Woodward, 2002). A vantagem militar e estratégica momentânea da Somália na guerra de Ogaden rapidamente findou-se.

A interferência externa no conflito fez com que a balança de poder⁸ se alterasse novamente de forma rápida e, em 1978, o conflito se encerrasse. A quebra de laços entre a Somália e Moscou e o alinhamento soviético com o novo governo socialista na Etiópia⁹ influenciaram os EUA, no contexto bipolar da Guerra Fria, a fornecerem apoio aos somalis, mesmo hesitantes. Em março de 1978, sob o comando do general Siad Barre, a Somália anunciou a retirada das tropas da região de Ogaden, com uma baixa de aproximadamente oito mil homens (Ayoob, 1978; Ofcansky, 1992; Woodward, 2002). Para Ofcansky (1992), o fato decisivo para a vitória da Etiópia foi a retirada do apoio soviético aos somalis. O financiamento de grupos opositores aos governos vizinhos foi uma prática que se intensificou durante o conflito: ao providenciar apoio e base para atuação dos grupos opositores ao governo Barre e ao promover rivalidades entre clãs na Somália, os etíopes enfraqueceram o governo e garantiram a vitória em 1978 (Woodward, 1993).

Diante do observado, pode-se considerar, então, que uma das principais motivações do Estado somali ao iniciar o conflito foi atingir seus objetivos nacionalistas. A derrota em Ogaden representou o início do declínio do governo de Siad Barre e, conseqüentemente, de tudo que sua figura representava dentro do movimento nacionalista (Laitin, 1979). Antes mesmo da derrota oficial, a Somália já havia amenizado suas reclamações em relação aos somalis da região de Djibuti e, em 1984, foi acordado o cessar das hostilidades com o Quênia (Woodward, 1993). Adicionados à ascensão de grupos opositores ao governo e com a tentativa de golpe de Estado em 1978, esses episódios culminaram na queda de Barre e na proclamação da República da Somalilândia, em 1991 (Cardoso, 2020), e compõem um contexto de popularidade extremamente baixa da causa nacionalista somali.

4.2 O grupo Al Shabaab

No contexto de repressão, corrupção e secularismo liderado por Barre, diversos grupos contrários ao governo, seculares e religiosos, passaram a se organizar na Somália. Depois, no vácuo de poder político deixado pela queda de Barre no início dos anos 1990, diversas instituições políticas e militares islâmicas passaram a ganhar força, se organizando e funcionando baseadas na divisão de clãs na Somália (Chonka, 2016; Elliot; Holzer, 2009; Harper, 2019; Menkhaus, 2002; Solomon, 2014). Maruf e Joseph (2018) explicam:

em um país onde a quase maioria das pessoas compartilha a mesma religião, língua e ancestralidade étnica, afiliação de clãs é o principal traço que diferencia as pessoas. É também a principal coisa pela qual os somalis lutam quando se trata de distribuição de poder (Maruf; Joseph, 2018, p. 17-18).

⁸ “Balança de poder” é um conceito das Relações Internacionais que significa o equilíbrio entre as unidades estatais na arena internacional. Diversos fatores podem influenciar na balança de poder, como demonstrações bélicas, compra de armamentos, acordos comerciais etc., e podem gerar uma alteração que propicie tanto a cooperação quanto o conflito.

⁹ Com o estabelecimento de um regime também socialista na Etiópia, Moscou estava otimista em relação a superar as tensões com a imposição de uma *Pax Sovietica* na região. Entretanto, a Somália, cujos anseios nacionalistas superaram qualquer noção de solidariedade socialista, em 1977, rejeitou o convite de Fidel Castro para uma conferência marxista com os países da região (Ayoob, 1978).

Nesse contexto, grupos de estudos islâmicos e células da Irmandade Muçulmana eram comuns em Mogadíscio. O *jihadismo* ganhou força na Somália, vindo do Afeganistão, considerando um clima de ressentimento contra a então União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, que declarara apoio à Etiópia durante a Guerra de Ogaden anos antes. Um dos grupos atuantes na região era o *Al Ittihad Al Islamiya* (AIAI) que, formado ainda em 1984 no contexto de repressão do governo Barre, tinha como objetivo estabelecer um estado islâmico no Chifre da África e lutar contra a interferência das potências externas na região. Depois de 1991, o grupo passou a realizar ataques em conjunto com a Frente Nacional de Liberação Oromo (FNLO), um movimento separatista de habitantes somalis na Etiópia (Center for International Security and Cooperation, 2019a). Em 1997, depois de algumas derrotas, o grupo se reuniu para discutir o futuro das ações e, considerando uma divisão interna já existente, dividiu-se em duas novas organizações: o *Al Itisam Wal Kitab Wal Sunna*, que rejeitava a violência, e os Novos Salafistas, que priorizavam poder de fogo e cooperação com militantes estrangeiros (Maruf; Joseph, 2018).

Em uma diferente forma de organização da comunidade islâmica na Somália, anciões dos clãs e homens de negócios criaram as Cortes Islâmicas, tentando reestabelecer a ordem no país. Essas instituições evitavam controlar administrações inteiras, dominando apenas os poderes jurídicos de cada cidade ou região. Operando através da *sharia*, as Cortes Islâmicas encontraram condições mais propícias para atuar na Somália na metade dos anos 2000, considerando o contexto de extrema divisão interna e tensão entre os senhores de guerra de cada clã (Elliot; Holzer, 2009). A criação da União das Cortes Islâmicas (UCI) representou a ascensão de um dos principais atores políticos do cenário somali e, de acordo com Elliot e Holzer (2009), conciliava com sucesso os ideais nacionalistas somali com a religião islâmica. Ainda, a região do sul da Somália viu-se em um cenário de considerável estabilidade e paz no período em que a UCI esteve no poder. Utilizando de influência social e econômica, os Novos Salafistas começaram a integrar a UCI e se tornaram o braço militar do grupo. Formado principalmente por jovens, o grupo dos Novos Salafistas passou a ser popularmente mencionado pelo termo em árabe para “a juventude”: “*Al-Shabaab*” (Chonka, 2016; Elliot; Holzer, 2009; Harper, 2019; Maruf; Joseph, 2018; Menkhaus, 2002; Solomon, 2014).

Com a inclusão da região do Chifre da África na agenda da Guerra ao Terror¹⁰ depois de 2001, o clima era de frustração e temor de serem considerados como “bodes expiatórios”. No final de 2002, os Estados Unidos, através da Agência Central de Inteligência (CIA, na sigla em inglês), iniciou a colaboração com senhores de guerra locais, trocando informações sobre terroristas por armamentos e recursos financeiros. A interferência externa, então, acabou aprofundando ainda mais as tensões já existentes na região e aumentando o sentimento antiocidental – e fortalecendo os grupos que se opunham a essa interferência, como o *Al-Shabaab*. Também, muitas pessoas eram atraídas e eventualmente colaboraram com o grupo, considerando o temor instaurado na sociedade e, ainda, a prática de retribuir, com dinheiro ou alimentos, ações realizadas em nome do grupo (Harper, 2019; Menkhaus, 2002; Maruf; Joseph, 2018).

¹⁰ A Guerra ao Terror foi uma campanha lançada pelos Estados Unidos, sob o governo de George W. Bush, após os ataques do 11 de Setembro. Diversas ações militares foram iniciadas utilizando a motivação formal de eliminar o terrorismo no sistema internacional, como a invasão no Afeganistão, em 2001, e no Iraque, em 2003.

Apoiado pela Etiópia, o processo de estabelecimento do Governo Federal de Transição (TFG, do inglês *Transitional Federal Government*), em 2004, fez iniciar uma corrida armamentista entre o novo governo e a UCI. As tensões resultaram na invasão etíope à Somália, em 2006, e na rápida derrota das forças islâmicas, em dezembro daquele ano (Chonka, 2016; Elliot; Holzer, 2009; Harper, 2019; Maruf; Joseph, 2018; Menkhaus, 2002; Solomon, 2014). Enquanto vinculado à União das Cortes Islâmicas, o *Al Shabaab* participou de diversos ataques em 2006, antes da invasão etíope no território somali: em junho, capturaram a capital Mogadíscio e em setembro, Kismayo, uma cidade portuária estratégica; em novembro, um ataque a um comboio etíope matou seis pessoas e feriu 20, e um carro-bomba detonou na cidade de Baidoa, matando nove pessoas. Em dezembro, atuando em Jilib, o grupo enfrentou as forças oficiais somali e etíopes e foi derrotado (Center for International Security and Cooperation, 2019c).

Após a derrota da UCI¹¹, o *Al Shabaab* se desvinculou do grupo, passando a atuar de forma independente, de maneira muito mais violenta, com ataques mais frequentes e intensos, além de atingir alvos civis. Maruf e Joseph (2018) argumentam que os *jihadistas* do *Al-Shabaab* nunca confiaram completamente na liderança da UCI, quem julgavam não aderir o suficiente às causas fundamentalistas islâmicas. Impulsionados pela invasão etíope, a adesão dos jovens ao grupo cresceu. Também, ao associar o grupo com a UCI, uma organização que trouxe estabilidade, mesmo que por pouco tempo, os somalis eram atraídos pelo grupo (Harper, 2019; Solomon, 2014). Em setembro de 2006, o grupo realizou o primeiro ataque suicida do país, que matou mais de 70 pessoas – entre elas, o irmão do então presidente do TFG, Abdullahi Yusuf Ahmed. As ações do grupo envolviam ataques a forças etíopes e em países vizinhos, como a cinco ações simultâneas com carros-bomba em prédios do governo e da ONU, matando mais de 20 pessoas, em 2008; em 2010, em um restaurante etíope em Uganda e no final dos jogos da Copa do Mundo de Rugby, com mais de 70 mortos e 80 feridos. Vale ressaltar, também, que desde o final dos anos 2000 o grupo mantém conexões com a *Al-Qaeda*, abandonando um pouco das ideias nacionalistas ao se conectar com a agenda global do *jihadismo* (Center for International Security and Cooperation, 2019b; Maruf; Joseph, 2018).

Entretanto, é possível identificar na atuação do *Al Shabaab*, desde seu princípio, alguns dos preceitos básicos do movimento nacionalista somali: a percepção do islamismo como força unificadora e pilar essencial da sua cultura e a intensa oposição à atuação de forças externas, como a Etiópia e os EUA, na região habitada pelas tribos somalis. Contudo, grupo não teve sucesso em conciliar islâmicos e nacionalistas como a UCI e, ao se opor ao islamismo sufista, seguido pela maioria dos somalis, o *Al Shabaab* ignora as divisões de clãs e as rivalidades entre eles, apresentando um nacionalismo contraditório (Solomon, 2014). Ainda, alguns elementos que impedem uma maior identificação da população somali com o nacionalismo islâmico do grupo são a lógica centralizadora e autoritária do islamismo wahabita, a não distinção feita entre lideranças religiosas e seculares e, principalmente, o uso da violência (Solomon, 2014).

¹¹ A União das Cortes Islâmicas continuou atuando por um breve período. Em dezembro de 2006, o grupo foi atacado por tropas do TFG e da Etiópia e, então, desmantelado (Center for International Security and Cooperation, 2019c).

4.3 Missão da União Africana para a Somália (AMISOM) (2007–2022)

O contexto de instabilidade interna depois da queda de Barre, em 1991, tornava relativamente difícil o processo de implementação de um novo governo central e as tentativas de reconstrução de um Estado somali unificado. Os grupos insurgentes, como a UCI e posteriormente o *Al Shabaab*, desafiavam a legitimidade do TFG, e forçaram os atores regionais e internacionais envolvidos a buscar respostas efetivas para o estabelecimento da paz na região. Uma das soluções encontradas foi a implementação de uma missão de paz na Somália (Williams, 2018; Wondenmagegnehu; Kebede, 2017; Kassaija, 2012). Inicialmente, a missão ocorreria sob a égide da Autoridade Intergovernamental sobre Desenvolvimento (IGAD), mas o tamanho do aparato burocrático, e a falta de financiamento e de apoio regional e internacional fizeram com que a missão não fosse efetivamente implementada. Além disso, a resistência interna dos grupos armados na Somália foi decisiva para o insucesso da empreitada, em 2005 (Williams, 2018; Wondenmagegnehu; Kebede, 2017; Kassaija, 2011).

A invasão etíope de 2006 conseguiu forçar o recuo da UCI e garantir a existência do TFG. Entretanto, considerando a possibilidade de um vácuo de poder na região com a retirada das tropas da Etiópia, a Organização das Nações Unidas autorizou, no início de 2007, a implementação da Missão da União Africana para a Somália (AMISOM), sob a égide da União Africana¹². Inicialmente prevista para durar apenas seis meses, a AMISOM possui um mandato para garantir o diálogo e a reconciliação na Somália; garantir proteção às Instituições Federais de Transição; assistir a implementação do Plano Nacional de Segurança e Estabilização; contribuir para a criação das condições de segurança necessárias para a garantia de assistência humanitária e proteger as instalações, equipamentos e pessoal, garantindo segurança e liberdade de movimento (SCR, 2020; UNSC, 2007; Williams, 2018; Wondenmagegnehu; Kebede, 2017; Kassaija, 2011).

A missão hoje conta com mais de 20 mil contingentes militares divididos pelas regiões central e sul do país, e é uma das operações de paz mais complexas em andamento (Cardoso, 2020). Wondenmagegnehu e Kebede (2017) explicam que o requisito para a finalização da missão é que sozinhas as Forças Nacionais de Segurança Somalis (SNSF, do inglês *Somali National Security Forces*) sejam capazes de manter a segurança e a estabilidade do país. De fato, a missão, com apoio do Exército Nacional Somali (SNA, do inglês *Somali National Army*) e dos Estados Unidos, vêm forçando o recuo do *Al Shabaab*, tendo o expulsado de Mogadíscio em 2011 e de diversas cidades satélites em 2012 (Cardoso, 2020; Williams, 2018). Em 2017, o Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (CSONU) autorizou a transferência gradual das responsabilidades relacionadas à segurança da missão para as forças somalis (AMISOM, 2021b).

Com seu encerramento previsto inicialmente para o final de 2020, a missão foi autorizada até fevereiro de 2021 e depois até dezembro de 2021. Em setembro, a AMISOM comunicou à imprensa que a União Africana estava garantindo assistência específica para a ocorrência das eleições de 2021, que

¹² A União Africana (UA) é uma organização internacional formada pelos Estados do continente africano, tendo sido criada em 2002, como sucessora da Organização de Unidade Africana (OUA). A instituição promove o crescimento e desenvolvimento, favorecendo a inclusão dos cidadãos e a cooperação entre os estados. A UA é composta de diversos órgãos, sendo alguns deles a Assembleia, o Conselho de Paz e Segurança, os Comitês Especializados Técnicos e o Parlamento Pan-Africano (Cardoso; Oliveira, 2018).

vinham sendo repetidamente adiadas¹³ (AMISOM, 2021a; Somália..., 2021). Além disso, é possível notar que, mesmo não possuindo mais o controle da capital, Mogadíscio, desde 2011, o grupo ainda controla cidades em regiões rurais da Somália e ainda executa ataques terroristas e suicidas em diversas cidades pelo Chifre da África. Até 2019, o grupo assumiu responsabilidade por, no mínimo, um ataque de média ou grande proporção por ano. Alguns exemplos são o ataque ao *shopping Westgate* em Nairóbi, em 2013, que matou mais de 60 pessoas e feriu cerca de 175; o ataque na Universidade de Garissa, no Quênia, em 2015, quando mais de 150 pessoas morreram; ataques a bases da AMISOM em 2016 e 2019 e a explosão de dois caminhões em Mogadíscio, em 2017, matando mais de 500 pessoas (Center for International Security and Cooperation, 2019b).

No final de março de 2022, o Conselho de Segurança da ONU aprovou de forma unânime a Resolução 2628, que autoriza a reconfiguração da AMISOM em uma missão de transição sob a égide da União Africana, a *African Union Transition Mission in Somalia* (ATMIS) (UNSC, 2022). Inicialmente aprovada por 12 meses, a Missão autorizava os Estados membros da UA a tomarem todas as medidas necessárias para, entre outros objetivos relacionados à paz, reconciliação e segurança, “reduzir a ameaça representada pelo *al-Shabaab*” (UNSC, 2022, *online*, tradução dos autores). Em 2023, a Missão teve seu mandato renovado, tendo sua duração estendida até 31 de dezembro do mesmo ano (UNSC, 2023).

Em 15 de maio de 2022, o colégio eleitoral da Somália elegeu Hassan Sheikh Mohamud como o novo presidente do país. Mohamud foi presidente anteriormente, entre 2012 e 2017, e recebeu 214 dos 327 votos. Logo após sua posse, Mohamud mencionou seu foco em garantir a união dos somalis e prometeu que vai trabalhar com outros atores regionais e internacionais para isso. É pouco provável que a presença externa na região, mesmo que agora sob a égide da União Africana, seja finalizada com a eleição presidencial. Contudo, essa reconfiguração pode representar uma alteração significativa no rumo dos acontecimentos na Somália e da atuação do *al-Shabaab*, bem como a própria eleição de Hassan Sheikh Mohamud (Ali, 2022; ONU, 2022b).

Independentemente do futuro da AMISOM, pode-se compreender sua importância nas dinâmicas políticas e securitárias da região do Chifre da África. Entretanto, não é possível identificar diretamente elementos do movimento nacionalista somali na sua atuação ou no seu rol de responsabilidades, por exemplo.

5 Considerações finais

Após analisar as principais instabilidades do Chifre da África nas últimas décadas, conclui-se que podem ser identificadas relações diretas e indiretas entre os objetos de estudo deste artigo. No que se refere à relação entre Somália e Etiópia na região do Chifre da África, é possível afirmar que o nacionalismo somali, permeado por uma espécie de irredentismo (Ayoob, 1978), é uma das razões para as existentes tensões, sejam elas no plano diplomático bilateral ou multilateral, sejam, principalmente, no plano militar. Foi sob o comando de uma figura política que ascendeu ao poder e atuou como presidente fortemente apoiado nos ideais nacionalistas, o general Siad Barre, que a Somália invadiu,

¹³ Havia sido definido o dia 10 de outubro de 2021 como prazo para a realização das eleições. Entretanto, após uma série de prorrogações, estas foram realizadas em maio de 2022, levando à eleição de Hassan Sheikh Mohamud no segundo turno.

em 1976, a Etiópia. Pode-se concluir, então, que a Guerra de Ogaden possui uma relação direta com o movimento nacionalista somali e com a luta pela união do povo somali do Chifre em um único território. Logo, a derrota para a Etiópia iniciou um período de queda da popularidade de Barre e, também, de descrédito dos ideais nacionalistas.

A instabilidade interna resultante da queda de Barre, em 1991, a descentralização e o “governo sem governantes” (Menkhaus, 2006) que passou a existir na Somália, propiciaram a ocorrência de outros episódios importantes, que por sua vez, foram, direta ou indiretamente, influenciados pelo nacionalismo somali. A ascensão do grupo extremista *Al Shabaab* e sua atuação violenta são exemplos desses episódios. Os ideais defendidos pelo grupo têm estreitas relações com o nacionalismo somali, principalmente no que tange ao Islã e à condenação da presença de forças externas. Buscando defender um islamismo nacionalista, o grupo islâmico encontrou na cultura somali diversos obstáculos para uma maior identificação, adesão ou apoio popular, como a valorização dos clãs e linhagens e a condenação da violência. Ainda, depois do alinhamento do *Al Shabaab* com a *Al Qaeda*, as pautas se modificaram: o grupo somali passou a defender, por exemplo, a liberação da Palestina para os muçulmanos e a implementação de regimes islâmicos em todos os continentes. Existe, portanto, um processo de desassociação da atuação do grupo extremista com o nacionalismo somali. Entretanto, essa é uma tendência dos últimos anos, e a emergência e a ascensão do grupo têm raízes próximas dos ideais nacionalistas. Pode-se afirmar, então, que a relação entre o nacionalismo somali e a atuação do grupo *Al-Shabaab* também é direta.

A existência da AMISOM, em princípio, não se sustenta em elementos do nacionalismo somali. Contudo, é possível concluir que a presença da missão de paz na Somália tem uma relação indireta com o movimento nacionalista somali – enquanto consideramos a descentralização e violência interna ocasionadas pela atuação dos grupos nacionalistas religiosos como justificativa para a atuação das instituições externas na região sob a égide da AMISOM (Maruf; Joseph, 2018). Ademais, é necessário observar que a luta do *Al Shabaab* é movida contra a presença de forças estrangeiras no território somali e, enquanto tropas estrangeiras, mesmo que sob a égide da AMISOM, permanecerem no país, o grupo terá motivação e justificativa para continuar atuando e realizando ataques. Logo, além de ser vista como uma consequência das instabilidades na região, pode também ser interpretada como uma causa para o cenário violento que ainda existe na Somália.

Em suma, conclui-se que existe relação, direta ou indireta, entre o movimento nacionalista somali e os conflitos etíopes-somali, a emergência e atuação do grupo extremista *Al Shabaab* e a implementação da Missão da União Africana para a Somália, enquanto principais instabilidades da região nas últimas décadas. Essa conclusão explica, então, a afirmação de Touval (1963. p. 22, tradução dos autores¹⁴): “a reclamação somali pela sua nacionalidade está no centro das políticas turbulentas do Chifre da África”.

O que resta concluir é que foram as características centrais da identidade somali que representaram os maiores impulsos ao nacionalismo e, ao mesmo tempo, os maiores obstáculos: a religião islâmica enquanto elemento aglutinador das populações somalis também é pauta para divisões entre *wahabbitas* e *sufistas*, enquanto uma etnia extremamente coesa, somalis fortalecem

¹⁴ “[...] the Somali claim to nationhood is at the core of the turbulent politics of the Horn of Africa” (Touval, 1963, p. 22).

paralelamente as identificações com seus clãs e linhagens, o que favorece a descentralização quando entram em conflito; a oposição a interferências externas e a atuação contra inimigos e ameaças gerou, ironicamente, mais interferência externa e ameaças à segurança da Somália. Por fim, a divisão territorial, uma das mazelas da colonização europeia que os somalis buscavam remediar com o nacionalismo, ainda se faz presente: atualmente, décadas depois, encontram-se tão divididos, ou mais, quanto estavam sob o domínio de Inglaterra, França e Itália.

Referências

ALI, Mohamud. *Hassan Sheikh Mohamud: who is Somalia's new leader?* [Online] BBC. 2022. Disponível em: <<https://www.bbc.com/news/world-africa-19556383>>. Acesso em: 21 maio 2023.

AMISOM (African Union Mission in Somalia). *African Union Commission has started providing electoral assistance to Somalia for its 2021 elections* [Online]. 2021a. Disponível em: <<https://amisom-au.org/2021/09/african-union-commission-has-started-providing-electoral-assistance-to-somalia-for-its-2021-elections>>. Acesso em: 16 set. 2021.

AMISOM. *AMISOM background* [Online]. 2021b. Disponível em: <<https://amisom-au.org/amisom-background>>. Acesso em: 16 set. 2021.

ANDERSON, Benedict. *Imagined communities: reflections on the origin and spread of nationalism*. New York: Verso, 2006.

AYOOB, Mohammed. The Horn of Africa: regional conflict and super power involvement. *Canberra Papers on Strategy and Defence*, n. 18, p. 1–40, 1978.

CARDOSO, Nilton C. F.; OLIVEIRA, Guilherme Z. Operações de paz africanas: as experiências da OUA e da UA. *Brazilian Journal of International Relations*, v. 7, n. 2, p. 334–370, 2018.

CARDOSO, Nilton César Fernandes. *Segurança regional no Chifre da África (1974 -2017): conflitos, atores, agendas e ameaças*. Porto Alegre: CEBRAFRICA/CEGOV, 2020.

CENTER FOR INTERNATIONAL SECURITY AND COOPERATION. *Al Ittihad Al Islamiya*. [Online] Freeman Spogli Institute for International Studies. Palo Alto, 2019a. Disponível em: <<https://cisac.fsi.stanford.edu/mappingmilitants/profiles/al-ittihad-al-islamiya>>. Acesso em: 21 maio 2023.

CENTER FOR INTERNATIONAL SECURITY AND COOPERATION. *Al-Shabab*. [Online] Freeman Spogli Institute for International Studies. Palo Alto, 2019b. Disponível em: <<https://cisac.fsi.stanford.edu/mappingmilitants/profiles/al-shabaab>>. Acesso em: 21 maio 2023.

CENTER FOR INTERNATIONAL SECURITY AND COOPERATION. *Islamic Courts Union*. [Online] Freeman Spogli Institute for International Studies. Palo Alto, 2019c. Disponível em: <<https://cisac.fsi.stanford.edu/mappingmilitants/profiles/islamic-courts-union>>. Acesso em: 21 maio 2023.

- CHAZAN, Naomi et al. *Politics and society in contemporary Africa*. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 1999.
- CHONKA, Peter. Spies, stonework, and the suuq: Somali nationalism and the narrative politics of pro-Harakat Al Shabaab Al Mujaahidiin online propaganda. *Journal of Easter African Studies*, v. 10, n. 2, p. 247-265, 2016.
- ELLIOT, Ashley. HOLZER, Georg-Sebastian. The invention of "terrorism" in Somalia: paradigms and policy in US foreign relations. *South African Journal of International Affairs*, v. 16, n. 2, p. 215-244, 2009.
- ESHETE, Tibete. The root causes of political problems in Ogaden. *Northeast African Studies*, v. 13, n. 1, p. 9-28, 1991.
- ESHETE, Tibete. Towards a history of the incorporation of the Ogaden: 1887-1935. *Journal of Ethiopian Studies*, v. 27, n. 2, p. 69-87, 1994.
- GELLNER, Ernest. *Nations and nationalism*. Oxford: Basil Blackwell, 1983.
- GELLNER, Ernest. *Thought and change*. London: Weidenfeld and Nicolson, 1964.
- HAGMANN, Tobias. KORF, Benedikt. Agamben in the Ogaden: violence and sovereignty in the Ethiopian-Somali Frontier. *Political Geography*, v. 31, n. 4, p. 205-214, 2012.
- HARPER, Mary. *Everything you have told me is true: the many faces of Al Shabaab*. London: C. Hurst & Co., 2019.
- KASSAJA, Apuuli Philip. The UN-led djibouti peace process for Somalia, 2008-2009: results and problems. In: HESSE, Brian (Ed.). *Somalia, state collapse, terrorism and piracy*. New York: Routledge, 2011, p. 13-35.
- LAITIN, David D. The political economy of military rule in Somalia. *Journal of Modern African Studies*, v. 14, n. 3, p. 449-468, 1976.
- LAITIN, David D. The war in the Ogaden: the implications for Siyaad's role in somali history. *Journal of Modern African Studies*, v. 17, n. 1, p. 95-115, 1979.
- LEWIS, Ian. Pan-Africanism and Pan-Somalism. *The Journal of Modern African Studies*, v. 1, n. 2, p. 147-161, 1963.
- LEWIS, Ian. *A modern history of Somalia: nation and state in the Horn of Africa*. Boulder: Westview Press, 1988.
- LEWIS, Ian. *Peoples of the Horn of Africa: Somali, Afar and Saho*. London: HAAN Associates, 1994.
- LEWIS, Ian. *Understanding Somalia: guide to culture, history and social institutions*. London: HAAN Associates, 1993.
- MARUF, Harun. JOSEPH, Dan. *Inside Al-Shabaab. The secret history of Al-Qaeda's most powerful Ally*. Bloomington: Indiana University Press, 2018
- MENKHAUS, Ken. Governance without government in Somalia: spoilers, state building and the politics of coping. *International Security*, v. 31, n. 3, p. 74-106, 2006/07.

- MENKHAUS, Ken. Political Islam in Somalia. *Middle East Policy*, v. 9, n. 1, p. 109-123, 2002.
- O'LEARY, Brendan. On the nature of Nationalism: an appraisal of Ernest Gellner's writings on Nationalism, *British Journal of Political Science*, v. 27, p. 191-222, 1997.
- OFCANSKY, Thomas. National security. In: METZ, Helen Chapin. *Somalia: a country study*. Washington: Library of Congress, 1992.
- ONU (Organização das Nações Unidas). *O que você precisa saber sobre a crise na Somália*. [Online]. ONU News. 2022a. Disponível em: <<https://news.un.org/pt/story/2022/09/1800071>>. Acesso em: 18 ago. 2023.
- ONU. *ONU Saúda eleição de Hassan Sheikh Mohamud para presidente da Somália*. [Online] ONU News. 2022b. Disponível em: <<https://news.un.org/pt/story/2022/05/1789202>>. Acesso em: 01 jun. 2022.
- RENO, William. *Warfare in independent Africa*. Cambridge: Cambridge University, 2011.
- SAMATAR, Siad S. Historical setting. In: METZ, Helen Chapin (ed.). *Somalia: a country study*. Washington: Library of Congress, 1992.
- SCHMIDT, Elizabeth. *Foreign intervention in Africa: from Cold War to the war on terror*. Cambridge: Cambridge University, 2013.
- SCR (Security Council Report). *African Union Mission in Somalia (AMISOM) Reauthorization*. [Online] Security Council Report, 2020. Disponível em: <<https://www.securitycouncilreport.org/whatsinblue/2020/05/african-union-mission-in-somalia-amisom-reauthorisation.php>>. Acesso em: 16 set. 2021.
- SHEIK-ABDI, Abdi. Somali nationalism: Its origins and future. *The Journal of Modern African Studies*, v. 15, n. 4, p. 657-665, 1977.
- SOLOMON, Huseein. Somalia's Al Shabaab: clans vs islamist nationalism. *South African Journal of International Affairs*, v. 21, n. 3, p. 351-366, 2014.
- SOMALIA to hold indirect presidential election October 10. In: *Al Jazeera*, 29 jun. 2020. Disponível em: <<https://www.aljazeera.com/news/2021/6/29/somalia-to-hold-presidential-election-october-10>>. Acesso em: 16 set. 2021.
- STAFFORD, F. E. The ex-italian colonies. *International Affairs*, v. 25, n. 1, p. 47-55, 1949.
- TOUVAL, Saadia. *Somali nationalism: international politics and the drive for unity in the Horn of Africa*. Cambridge: Harvard University, 1963.
- UNSC (United Nations Security Council). *Resolution 1744 (2007)*. [Online]. New York: United Nations, 2007. Disponível em: <<https://digitallibrary.un.org/record/593199>>. Acesso em: 16 set. 2021.
- UNSC. *Resolution 2628 (2022)*. [Online]. New York: United Nations, 2022. Disponível em: <<https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N22/306/06/PDF/N2230606.pdf?OpenElement>>. Acesso em: 18 ago. 2023.

UNSC. *Resolution 2687 (2023)*. [Online]. New York: United Nations, 2023. Disponível em: <<https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N23/184/91/PDF/N2318491.pdf?OpenElement>>. Acesso em: 18 ago. 2023.

WENDT, Alexander. Anarchy is what states make of it: The social construction of power politics. *International Organization*, v. 46, n. 2, p. 391–425, 1992.

WENDT, Alexander. *Social theory of international politics*. Cambridge: Cambridge University, 1999.

WILLIAMS, Paul D. Joining AMISOM: why six African states contributed troops to the African Union Mission in Somalia. *Journal of Eastern African Studies*, v. 12, n. 1, p. 172–192, 2018.

WONDEMAGEGNEHU, Dawit. KEBEDE, Daniel. AMISOM: charting a new course for African Union peace missions. *African Security Review*, v. 26, n. 2, p. 199–219, 2017.

WOODWARD, Peter. A new map of Africa? Reflections on the Horn. *Africa Insight*, v. 23, n. 1, p. 6–15, 1993.

WOODWARD, Peter. *The Horn of Africa: state, politics and international relations*. New York: I. B. Tauris, 2002.

ZELEKE, Wondim Tiruneh. Leading factor for the somalian invasion of Ogaden: foreign intervention, and the Ethiopian response (1977–1978). *International Journal of Social Science Studies*, v. 6, n. 6, p. 55–66, 2018.

Artigo submetido em: 21/05/2023

Aprovado em: 23/08/2023

Thaís Honório Horn (thaishonoriohorn@gmail.com) é graduada em Relações Internacionais pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS); especialista em Estratégia e Relações Internacionais Contemporâneas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Mestranda em Estudos Africanos e bolsista do programa Erasmus Mundus Master Joint Degree nas universidades do Porto (UP), em Porto, Portugal; Bayreuth (UBT), em Bayreuth, Alemanha; e Bordeaux-Montaigne (UBM), Comuna de Pessac, França.

Guilherme Ziebell de Oliveira (guilherme.ziebell@ufrgs.br) é doutor em Ciência Política pela UFRGS; professor do curso de Relações Internacionais da UFRGS e do Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais (PPGEEI) da UFRGS.

O nacionalismo somali e as instabilidades no Chifre da África

Resumo. Este artigo tem como objetivo geral compreender a relação entre o desenvolvimento do nacionalismo somali e algumas das principais instabilidades da região do Chifre da África. Baseado nas semelhanças entre as tribos somalis e, conseqüentemente, nas diferenças entre os somalis e os demais povos da região, o nacionalismo somali se coloca como importante variável no contexto regional. Classificada como exploratória e apoiando-se na revisão de fontes bibliográficas e documentais, a pesquisa identificou as principais instabilidades da região nas últimas décadas e, então, buscou identificar elementos de cunho nacionalista em tais contextos de instabilidade. Assim, após contextualizar a Guerra de Ogaden, a ascensão do grupo *Al Shabaab* e a instauração da Missão da União Africana para a Somália, conclui-se que podem ser vistos nesses eventos diversos elementos do nacionalismo somali, tanto de forma direta como de forma indireta.

Palavras-chave: Construtivismo; Nacionalismo; Chifre da África; Nacionalismo Somali; Instabilidades regionais.

The Somali nationalism and regional instabilities on the Horn of Africa

Abstract. This article aims to understand the relationship between the development of Somali nationalism and some of the major political and security instabilities in the Horn of Africa region. Based on the similarities between Somali tribes and, consequently, the differences between Somalis and other peoples in the region, Somali nationalism is an important variable in the regional context. Classified as an exploratory research and using bibliographic and documentary sources, this essay identified the main instabilities in the region in recent decades and then sought to identify elements of a nationalist nature in these contexts of instability. Therefore, after analyzing the Ogaden War, the rise of Al Shabaab, and the establishment of the African Union Mission in Somalia, it is concluded that several elements of Somali nationalism can be identified in these events, both directly and indirectly.

Keywords: Constructivism; Nationalism; Horn of Africa; Somali Nationalism; Regional instabilities.